



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

**EDITAL DO PROAD Nº 14511/2020-1
PREGÃO ELETRÔNICO**

Objeto: Contratação de eventual aquisição e instalação de módulos para tablado e carpetes para tablados destinados às salas de audiência, a serem utilizados na Unidades de todas as circunscrições deste E. Tribunal, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste edital.

NOTA: As especificações consignadas no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

Registro de Preços: Sim

Possibilidade de Adesão: Não

Exclusiva ME/EPP: Não

Margem de Preferência: Não

Valor Total Estimado: R\$ 738.566,30

Data e local da disputa: 04/11/20, às 14 horas, no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br

Licitação nº: 14511/2020

UASG do TRT15: 080011

Vistoria Prévia: Não se aplica

Amostra/Material Técnico ilustrativo: Ver item 8 do edital

Laudos/Certificado: Não se aplica

Documentos de Habilitação

Vide Item 9 do Edital

Prazos

Envio de proposta e documentação por meio eletrônico

2 horas após solicitação do pregoeiro pelo sistema

Pedido de esclarecimentos

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Impugnação

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame

licita@trt15.jus.br

Telefones: (19) 3232-8519 ou 3231-9500 ramais 2580/2523 *

* Em virtude da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR Nº 003/2020, atendimentos por telefone foram suspensos. Somente via e-mail.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

EDITAL DO PROAD Nº 14511/2020-1

PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Rua Dr. Quirino, 1080, Centro de Campinas/SP, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por grupo, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018 e nº 10, de 10 de fevereiro de 2020, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO

a. Início da disputa de preços:	04/11/2020, às 14 horas
b. Local da Disputa:	Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de eventual aquisição e instalação de módulos para tablado e carpetes para tablados destinados às salas de audiência, a serem utilizados na Unidades de todas as circunscrições deste E. Tribunal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por itens conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário de cada item e total do grupo;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um Real).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.26.1. no país;

7.26.2. por empresas brasileiras;

7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários



de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 10 (dez) dias corridos, após a solicitação.

8.5.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.5.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.5.3.3. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

1. Envio de 1 (uma) amostra do tablado, após a licitação e antes da homologação do certame, pela empresa vencedora do certame, conforme detalhamento abaixo, a ser submetido à apreciação da equipe técnica do Tribunal, para aprovação;

2. será avaliado o material utilizado, a montagem da estrutura do tablado, a fixação dos parafusos, as furações e o acabamento geral; da mesma forma será avaliada a qualidade do carpete e a colocação do mesmo sobre o tablado;



3. deverá apresentar módulo em compensado laminado naval com espessura de 15mm; amostra deverá ter dimensões mínimas de 1,0 m de comprimento, 0,5 m de largura e 0,15 m de altura. A amostra deverá ser um "recorte" da peça inteira do tablado, com isso, deverá conter as divisões internas (casulos) com os furos, mantendo as medidas internas dos "casulos" indicadas no croqui da peça inteira.

4. deverá apresentar, além do catálogo do carpete, amostra do mesmo, com dimensões mínimas de 1,0 m x 0,5; contendo as características solicitadas na descrição técnica.

Obs. A amostra poderá ser desmontada para análise e não será devolvida.

5. A amostra ficará retida até o término da contratação para comparação dos produtos entregues.

8.5.3.3.1. Caso o objeto tenha grandes proporções, poderá ser encaminhada um exemplar menor do objeto.

8.5.3.3.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.5.3.3.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.5.3.3.6. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.5.3.3.7. Após a divulgação do resultado final da licitação (homologação e decurso de todos os prazos recursais), as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias corridos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.5.3.3.8. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.5.3.3.9. Caso a amostra seja aprovada, a unidade NÃO poderá ser descontada do quantitativo a ser adquirido.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CNEP) (www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

e) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal/estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e elaborados e registrados nos termos da legislação em vigor (redação dada pela IN nº 03, de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.10.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

9.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de:

- 01) R\$ 11.000,00 (onze mil Reais) – para o Grupo 01.
- 02) R\$ 8.000,00 (oito mil Reais) – para o Grupo 02.
- 03) R\$ 6.000,00 (seis mil Reais) – para o Grupo 03.
- 04) R\$ 10.000,00 (dez mil Reais) – para o Grupo 04.
- 05) R\$ 9.000,00 (nove mil Reais) – para o Grupo 05.
- 06) R\$ 9.000,00 (nove mil Reais) – para o Grupo 06.
- 07) R\$ 8.000,00 (oito mil Reais) – para o Grupo 07.
- 08) R\$ 8.000,00 (oito mil Reais) – para o Grupo 08.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, a empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Quanto à Capacitação Operacional: Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantitativos e prazos com o objeto desta licitação, com a discriminação dos serviços prestados e respectivas quantidades, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove quantitativo mínimo de 30 m² para fabricação de tablados ou de 30 m² para fabricação de móveis (no caso de móveis, será considerada área plana do móvel - largura x altura, sem considerar profundidade dos mesmos).



9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um grupo, que estiver concorrendo em outro grupo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do grupo em que venceu às do grupo em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a habilitação recairá sobre o(s) primeiro(s) grupo(s) arrematado(s) pela licitante, verificada a ordem cronológica de encerramento do grupo, conforme mensagem emitida no chat pelo sistema.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

9.19.1.1. Caso haja grupo(s) arrematado(s) concomitantemente (na mesma hora, minuto e segundo, a ser verificado no sistema), a habilitação recairá sobre o grupo de maior valor.

9.19.1.2. Não se aplica o presente subitem para o arremate que se deu por inabilitação / desclassificação de licitante anterior.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme modelo do Anexo II.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (ver Anexo II).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. Considera-se, para efeito de **hora / dia útil**, o horário / período compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de até 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.1.1. As assinaturas de quaisquer termos e documentos no âmbito desta contratação, dar-se-ão, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD e nas condições e termos especificados no Edital.

15.1.2. A assinatura de documentos pela CONTRATADA será admitida nas seguintes modalidades:

- a) assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; e
- b) assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pela CONTRATADA e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

15.2. O prazo estabelecido no subitem 15.1 para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.2.1. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

15.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.3.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 01 (um) dia, contado a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

16.2.2. A assinatura de documentos pelo adjudicatário será admitida nas modalidades de assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo adjudicado e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

16.2.3. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

16.2.4. O prazo previsto no subitem 16.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação será igual ao da Ata de Registro de Preços (até 12 meses – artigo 15, §3º, III, da Lei 8.666/1993).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I a este Edital.



21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não mantiver a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência – Anexo I.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2. A impugnação deverá ser realizada mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: licita@trt15.jus.br.

23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail licita@trt15.jus.br.

23.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. O(s) Edital(is) está(ão) disponibilizado(s), na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e <http://portal.trt15.jus.br/pregoes-eletronicos> e também poderá(ão) ser lido(s) e/ou obtido(s) no e-mail licita@trt15.jus.br.

24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

24.12.2. ANEXO II – Proposta Atualizada;

24.12.3. ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

25. DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente contratação.

Campinas, 20 de outubro de 2020.

Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson
Secretária da Administração



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

IMPORTANTE. Em atendimento ao determinado no Decreto Estadual nº 64.959/2020, motivado pela pandemia ocasionada pelo Covid-19, assim como às boas práticas e aos normativos que porventura venham a ser editados disciplinando a matéria, informamos que o acesso a todas as dependências deste E. TRT deve, obrigatoriamente, ser efetuado com o uso de máscaras de proteção facial. Essa obrigatoriedade deve ser observada, inclusive, pelos funcionários das empresas contratadas por este E. TRT, as quais deverão levar em consideração, nos valores a serem ofertados em suas propostas de preços, os custos com o citado EPI.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Registro de preços para Contratação de eventual aquisição e instalação de módulos para tablado e carpetes para tablados destinados às salas de audiência, a serem utilizados na Unidades de todas as circunscrições deste E. Tribunal, conforme as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site www.comprasgovernamentais.gov.br.

NOTA: Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no site www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes do edital, prevalecerão estas últimas.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

1. QUANTIDADES E DIMENSÕES DE MATERIAIS

Grupo / Circunscrição	Item	Descrição Item	Qtde
I	1	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	100 m²
	2	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	50 m²
II	3	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no	60 m²



		local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	
	4	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m²
III	5	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m²
	6	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m²
IV	7	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	80 m²
	8	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	40 m²
V	9	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m²
	10	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m²
VI	11	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval,	60 m²



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

		espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	
	12	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m ²
VII	13	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m ²
	14	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m ²
VIII	15	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m ²
	16	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m ²

Grupo / Circunscrição	Cidades
I	Americana, Amparo, Araras, Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Espírito Santo do Pinhal, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Itatiba, Itu, Jundiaí, Leme, Limeira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Paulínia, Pedreira, Piracicaba, Rio Claro, Salto, Santa Bárbara D'Oeste, São João da Boa Vista, Sumaré
II	Capão Bonito, Itanhaém, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Piedade, Registro, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê
III	Aparecida, Caçapava, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Cruzeiro, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Sebastião, Taubaté, Ubatuba



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

IV	Araraquara, Batatais, Bebedouro, Cajuru, Cravinhos, Franca, Ituverava, Jaboticabal, Matão, Mococa, Morro Agudo, Orlândia, Pirassununga, Porto Ferreira, Ribeirão Preto, São Carlos, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, Sertãozinho, Taquaritinga
V	Andradina, Araçatuba, Birigui, Lins, Penápolis
VI	Adamantina, Assis, Dracena, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Teodoro Sampaio, Tupã
VII	Barretos, Catanduva, Fernandópolis, Jales, José Bonifácio, Olímpia, São José do Rio Preto, Tanabi, Votuporanga
VIII	Avaré, Bariri, Bauru, Botucatu, Garça, Itápolis, Jaú, Lençóis Paulista, Marília, Ourinhos, Pederneiras, Santa Cruz do Rio Pardo

NOTA: Todos os endereços e localidades estão disponíveis no site do TRT acesso em: <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas> e <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-sedes>

2. ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS

2.1. Módulos em compensado laminado naval, com espessura de 15 mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada (geralmente, 4 m x 2 m x 0,15 m ou medidas de largura de acordo com o tamanho da sala).

2.2. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.

2.3. A instalação deverá ser feita em todas as Unidades das Circunscrições, em quantidades previstas por Circunscrição, de acordo com o descritivo constante desse Termo de Referência.

2.4. Carpete: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.

3. SERVIÇOS

3.1. A quantidade mínima a ser solicitada em cada contratação será de 8,00 m² (em planta).

3.2. A cada solicitação do Tribunal, o fornecedor/prestador de serviço deverá dirigir-se ao local indicado, tendo previamente combinado horário com a Administração local e realizar a instalação do tablado e carpete com os materiais necessários, nas medidas/metragem previamente indicadas a cada pedido.

3.3. O fornecedor/prestador de serviço deverá deixar o local limpo após a conclusão dos serviços, ficando responsável pelo descarte dos resíduos.

3.4. Toda a instalação será fiscalizada por técnicos do Tribunal.

4. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. O valor contratado é pelo m² de tablado instalado (montado e acarpetado) ou m² de carpete instalado.

4.2. Módulos quando unidos formam o tablado.

4.3. Efetuado o pedido do serviço para troca ou aquisição de tablado, mediante nota de empenho, o fornecedor/prestador de serviço deverá confeccionar os módulos em sua sede e transportá-los até o local de destino. Em seguida, unir e ajustar os módulos de acordo com o espaço solicitado e, após o tablado ajustado, aplicar o carpete na parte de cima e nas laterais aparentes do tablado.

4.4. Efetuado o pedido do serviço para troca ou aquisição de carpete, mediante nota de empenho, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, o



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

fornecedor/prestador de serviço deverá retirar o carpete usado (quando houver troca) e efetuar a instalação de um novo carpete na parte de cima e nas laterais aparentes do tablado.

4.5. Os tablados deverão ser confeccionados em compensados de 15 mm naval e laminado, com acabamento liso.

4.6. Todo material para fabricação e instalação deverá ser fornecido pelo fornecedor/prestador de serviço (compensado, carpete, parafusos, cola, etc.).

4.7. Todas as despesas com transporte de material e mão de obra serão de responsabilidade do fornecedor/prestador de serviço.

4.8. Os encaixes das colmeias internas dos módulos devem ser de meia madeira (encaixe em "X" para aumentar o reforço).

4.9. Toda estrutura dos módulos deverá ser unida por parafusos.

4.10. O tampo será fixado à colmeia usando parafusos a cada 25 cm de distância.

4.11. Os furos internos para passagem de cabeamento devem ser de 4 cm e estar centralizados, a fim de evitar desalinhamento ao unir os módulos.

4.12. Haverá ocasiões em que o serviço somente poderá ser executado em horários fora do expediente do Tribunal.

4.13. Quando houver substituição do tablado ou do carpete, o fornecedor/prestador de serviço deverá fazer a desmontagem, retirada e descarte do material, de acordo com a legislação.

4.14. Eventuais ajustes nas instalações elétricas, de rede e de telefonia que interfiram na substituição ou instalação do tablado serão providenciadas pelo Tribunal, portanto, os serviços serão agendados com antecedência.

5. ARQUIVOS

Há arquivos que podem ser disponibilizados aos interessados. Esses arquivos seguem em anexo a este Termo de Referência (Anexo "A").

Caso haja incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência, prevalecerá o descrito nos arquivos.

6. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES

6.1. Na execução do serviço haverá um técnico do TRT para orientar e verificar a qualidade do serviço e do material utilizado;

6.2. Todos os serviços executados serão fiscalizados pelos técnicos do Tribunal, que farão vistorias no local.

6.3. Em caso de substituição de tablado, o mobiliário existente sobre o tablado antigo, quando houver nos mesmos conexões elétricas, lógicas e telefônicas, será desmontado e retirado por técnicos deste Tribunal.

6.4. Toda a parte elétrica, rede e telefonia embutida sob o tablado fica por conta deste Tribunal, portanto alguns serviços terão que ser executados em conjunto.

3. HISTÓRICO DE CONSUMO

Consumo das últimas ATAS nº 29/2019 e 30/2019:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

Grupo / Circunscrição	Qtde Item 1 (m²)	Qtde Item 2 (m²)
I	0	38,5
II	17,18	21,12
III	0	10,56
IV	27	12
V	0	0
VI	8	0
VII	8	0
VIII	0	0

3.1. Estimativa de consumo:

Não há como estimar.

3.2. Quantidade para Consumo Imediato:

Não há como estimar.

3.3. Estimativa de periodicidade de aquisição:

Não há como estimar.

3.4. Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:

Em cada solicitação, poderá ser solicitado, no mínimo, 8 m² para tablado ou 8 m² para carpete.

4. REQUISITOS TÉCNICO-LEGAIS DA CONTRATAÇÃO / SUSTENTABILIDADE

4.1. Observar as recomendações pertinentes, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 103, de 25/05/2012), em especial as seguintes:

"5.1.8. Mobiliário

b) O mobiliário fabricado com madeira ou seus derivados deve observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2011, utilizada pelo Cerflor, ou com o padrão FSC-SDT-40-004 V2-1. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado de Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC."

"5.2.1. Serviços que envolvam a utilização de Mão-de-Obra

Para os serviços que envolvam a utilização de mão de obra, residente ou não, a contratada deve:

a) Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

I. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

II. Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105."

5. VISTORIA

Não se aplica.

6. PRAZOS

6.1. **Prazo de entrega:** 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho ou da solicitação pelo Gestor.

6.2. **Garantia:** 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo. A empresa terá prazo de 15 dias corridos para sanar o problema informado. No caso do descumprimento desse prazo serão aplicadas as mesmas sanções previstas no item "Sanções".

7. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS BENS

7.1. **Endereço:** Todos os endereços e localidade estão disponíveis no site do TRT acesso em: <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas> e <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-sedes>.

7.2. **Horário:** De 2ª a 6ª feiras, podendo ocorrer em finais de semana e feriados, a depender da necessidade do TRT, conforme agendamento prévio.

7.3. **Agendamento Prévio:** O contato para comunicação entre a Contratada e o TRT será realizado pelos telefones da Seção de Adequação e Conservação da Coordenadoria de Manutenção – telefone (19) 3231-9500, ramais 2508 ou 2505, das 11 às 18 horas, ou pelo e-mail manutencao.secadm@trt15.jus.br.

8. ORÇAMENTO

GRUPO 1				
Item	Descrição Item	Qtde	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
1	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados	100 m²	1.107,14	110.714,00



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

	para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.			
2	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	50 m ²	177,51	8.875,50
VALOR TOTAL ESTIMADO: GRUPO 01 (CIRCUNSCRIÇÃO I)				119.589,50

GRUPO 2				
Item	Descrição Item	Qtde	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
3	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m ²	1.319,39	79.163,40
4	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m ²	214,96	6.448,80
VALOR TOTAL ESTIMADO: GRUPO 02 (CIRCUNSCRIÇÃO II)				85.612,20



GRUPO 3				
Item	Descrição Item	Qtde	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
5	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m²	1.081,13	64.867,80
6	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m²	144,70	4.341,00
VALOR TOTAL ESTIMADO: GRUPO 03 (CIRCUNSCRIÇÃO III)				69.208,80

GRUPO 4				
Item	Descrição Item	Qtde	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
7	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	80 m²	1.203,97	96.317,60
8	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com	40 m²	259,75	10.390,00



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

	espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.			
VALOR TOTAL ESTIMADO: GRUPO 04 (CIRCUNSCRIÇÃO IV)				106.707,60

GRUPO 5				
Item	Descrição Item	Qtde	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
9	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m ²	1.395,25	83.715,00
10	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m ²	238,63	7.158,90
VALOR TOTAL ESTIMADO: GRUPO 05 (CIRCUNSCRIÇÃO V)				90.873,90

GRUPO 6				
Item	Descrição Item	Qtde	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
11	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber	60 m ²	1.457,04	87.422,40



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

	acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.			
12	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m²	281,57	8.447,10
VALOR TOTAL ESTIMADO: GRUPO 06 (CIRCUNSCRIÇÃO VI)				95.869,50

GRUPO 7				
Item	Descrição Item	Qtde	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
13	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m²	1.335,25	80.115,00
14	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m²	214,25	6.427,50
VALOR TOTAL ESTIMADO: GRUPO 07 (CIRCUNSCRIÇÃO VII)				86.542,50

GRUPO 8				
Item	Descrição Item	Qtde	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
15	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2	60 m²	1.304,33	78.259,80



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

	m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.			
16	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m ²	196,75	5.902,50
VALOR TOTAL ESTIMADO: GRUPO 08 (CIRCUNSCRIÇÃO VIII)				84.162,30
VALOR TOTAL ESTIMADO – TODOS OS GRUPOS				738.566,30

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

A) OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. O FORNECEDOR se compromete a dar plena e fiel execução à ata de registro de preços e se obriga a:

1.1. Nomear um preposto, aceito pelo TRT, para representá-lo durante o período de vigência da Ata;

1.2. Comunicar, durante a vigência da ata de registro de preços, quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista;

1.3. Arcar com todas as despesas para o fornecimento contratados;

1.4. Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;

1.5. Observar as recomendações pertinentes, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT-Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 103, de 25/05/2012), em especial as seguintes:

1) Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com o estabelecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

2) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para o fornecimento, fiscalizando o seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

3) Comprovar, antes da efetivação desta contratação, e manter as condições abaixo, que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do ajuste:

3.1) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011; e

3.2) Não ter sido condenado, o FORNECEDOR ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

2. O FORNECEDOR também se obriga a:

2.1. Efetuar os contatos para comunicação com o TRT pelos telefones da Seção de Adequação e Conservação da Coordenadoria de Manutenção - telefone (19) 3231-9500, ramais 2508 ou 2505, das 11h às 18h, ou pelo e-mail manutencao.secadm@trt15.jus.br.

2.2. Fornecer mão de obra especializada, ferramental adequado aos equipamentos, materiais para limpeza, conservação da área comum;

2.3. Fazer tantas visitas quantas forem necessárias para a execução dos serviços / o fornecimento dos materiais;

2.4. Apresentar seus funcionários devidamente uniformizados, portando identificação pessoal e funcional e portando EPI's, ficando responsável pela fiscalização do uso devido dos mesmos;

2.5. Quando houver substituição do tablado ou do carpete, o Fornecedor deverá fazer a desmontagem, retirada e descarte de todo resíduo retirado;

2.6. Providenciar, às suas expensas, a remoção do revestimento existente, com remoção dos resíduos e entulhos provenientes dos serviços realizados, com o devido descarte em local apropriado e permitido pela Prefeitura local.

2.7. Todos os danos causados pelo Fornecedor no fornecimento dos materiais deverão ser reparados dentro do prazo máximo de 30 dias, a contar de notificação do Tribunal, por ressarcimento ou contratação de terceiro para realizar os reparos, tudo às expensas da contratada.

2.8. O Fornecedor deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como no Decreto Estadual nº 64.959/2020 e na resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso geral e obrigatório de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

B) RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

1. O Fornecedor será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT e pelo extravio de documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos materiais fornecedor.

2. O FORNECEDOR responderá também, administrativamente, por qualquer descumprimento a obrigações de natureza trabalhista, tributária ou fiscal e ético-profissional impostas pelos órgãos públicos, decorrentes da execução da contratação.

3. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade, eficiência e presteza na realização do objeto contratado, em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento.

C) OBRIGAÇÕES DO TRT

Para a perfeita execução da presente contratação, o TRT se obriga a:

1. proporcionar todas as facilidades necessárias à execução desta contratação, mantendo o acesso às dependências correlatas livre e desimpedido;
2. efetuar o pagamento dos serviços contratados, no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento;
3. o TRT se compromete a dar plena e fiel execução à presente Ata, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, o pagamento dos materiais efetivamente instalados e definitivamente recebidos.

10. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. Sempre que julgar necessário, o TRT solicitará, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante Nota de Empenho ou Autorização de Compra.

1.1. A Nota de Empenho ou Autorização de Compra será enviada via correspondência eletrônica ao FORNECEDOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o FORNECEDOR não possua endereço eletrônico, a Nota de Empenho ou Autorização de Compra deverá ser retirada junto à Coordenadoria/Seção emitente, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

1.1.1. Caso o FORNECEDOR não confirme o recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Compra em 01 (um) dia, ou o faça após o prazo, será considerada a data de transmissão de um desses documentos para efeito de contagem de prazo de entrega do material.



1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Compra poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo FORNECEDOR durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT.

1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Compra no prazo previsto, bem como a constatação de irregularidade fiscal, trabalhista e/ou previdenciária do FORNECEDOR, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho ou Autorização de Compra ou ainda sobre o valor a ser empenhado, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

11. RECEBIMENTO E PAGAMENTO DO OBJETO

1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos materiais, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93.

2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo(a) Coordenadoria de Manutenção do TRT.

2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, a quantidade, a marca/modelo, se houver, os valores unitário e total, bem como o número deste processo que deu origem à aquisição.

3. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, sendo que, durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

4. O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo FORNECEDOR no processo licitatório.

4.1. Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura / boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS / PASEP, COFINS, ISSQN, INSS).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

4.2. No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela empresa e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos por este E. TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

4.3. O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que o FORNECEDOR efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

4.4. Na data de emissão da ordem bancária, o FORNECEDOR deverá possuir, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou força maior.

4.4.1. Cessadas as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos da empresa vencedora e, caso seja verificada irregularidade, o ajuste poderá ser rescindido por culpa da empresa vencedora, a critério do TRT, nos termos do item "SANÇÕES", com a aplicação das penalidades cabíveis.

4.4.2. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente do FORNECEDOR, refere-se aos trâmites interbancários.

5. No caso de atraso de pagamento, desde que o FORNECEDOR não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos, pelo TRT, encargos moratórios à taxa nominal de 6% A.A. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

5.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$; onde:

EM = encargos moratórios devidos;

N = números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = valor da prestação em atraso.

12. SANÇÕES

1. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos materiais entregues em atraso, contados a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) - até o limite de 10% (dez por cento).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

2. O descumprimento das demais obrigações do FORNECEDOR implicará multa, por evento, de 5% (cinco por cento) do valor da referida contratação. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

3. As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

3.1. Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento – AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

4. A aplicação das multas estabelecidas neste item, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

5. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

6. Se o FORNECEDOR não efetuar o fornecimento dos materiais em até 10 (dez) dias corridos após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, o cancelamento do ajustado.

7. O cancelamento do ajustado por culpa do FORNECEDOR por inexecução do ajustado ou pela não execução dos serviços, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do serviço não executado.

8. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.

9. As infrações administrativas praticadas pelos licitantes obedecerão o disposto no item – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - do Edital.

13. RESCISÃO

1. Constituem motivos para a rescisão da contratação as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei nº 8.666/1993.

2. O atraso injustificado por período superior a 10 (dez) dias corridos caracterizará a inexecução total das respectivas obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral da contratação, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa do FORNECEDOR.

3. A rescisão desta contratação por culpa do FORNECEDOR implicará multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

4. Esta contratação poderá ser rescindida unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT, no interesse do serviço público, nos termos e com as consequências previstas na Lei nº 8.666/1993.

14. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Coordenadora de Manutenção deste TRT, designado(a) gestor(a) da ata de registro de preços.

2. A fiscalização de que trata este item:

- a) será exercida no interesse da Administração;
- b) não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR pelos danos causados ao TRT, ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

3. Quaisquer exigências de fiscalização, inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços, deverão ser prontamente atendidas pelo FORNECEDOR, sem qualquer ônus para este E. Tribunal.

15. TRANSFORMAÇÃO EMPRESARIAL, TRANSFERÊNCIA E CESSÃO DA ATA

1. Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, a presente Ata poderá ser mantida com o FORNECEDOR, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

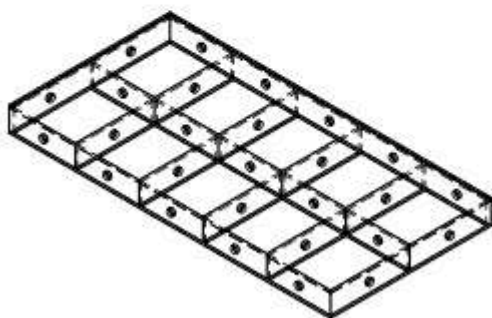
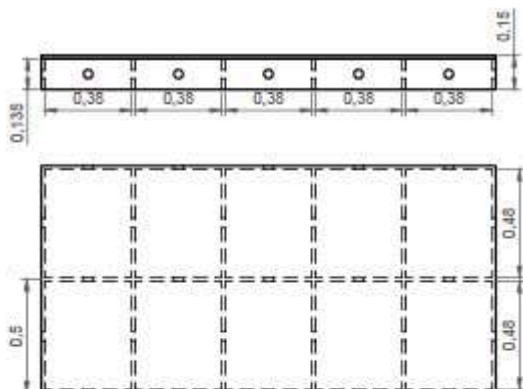
- a) O FORNECEDOR remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- b) Não se verifique fraude à licitação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 14511/2020-1

ANEXO "A" AO TERMO DE REFERÊNCIA

TABLADOS PARA SALAS DE AUDIÊNCIA



Tablado para salas de audiências





Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

ANEXO II AO EDITAL – PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Grupo** para a Contratação de eventual aquisição e instalação de módulos para tablado e carpetes para tablados destinados às salas de audiência, a serem utilizados na Unidades de todas as circunscrições deste E. Tribunal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site www.comprasgovernamentais.gov.br.

GRUPO 1				
Item	Descrição Item	Qtde	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
1	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	100 m ²		
2	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	50 m ²		
VALOR TOTAL: GRUPO 1 (CIRCUNSCRIÇÃO I)				

GRUPO 2				
Item	Descrição Item	Qtde	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
3	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos	60 m ²		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

	por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.			
4	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m²		
VALOR TOTAL: GRUPO 2 (CIRCUNSCRIÇÃO II)				

GRUPO 3				
Item	Descrição Item	Qtde	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
5	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m²		
6	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m²		
VALOR TOTAL: GRUPO 3 (CIRCUNSCRIÇÃO III)				

GRUPO 4				
Item	Descrição Item	Qtde	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

7	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	80 m ²		
8	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	40 m ²		
VALOR TOTAL: GRUPO 4 (CIRCUNSCRIÇÃO IV)				

GRUPO 5				
Item	Descrição Item	Qtde	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
9	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m ²		
10	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m ²		
VALOR TOTAL: GRUPO 5 (CIRCUNSCRIÇÃO V)				



GRUPO 6				
Item	Descrição Item	Qtde	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
11	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m ²		
12	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m ²		
VALOR TOTAL: GRUPO 6 (CIRCUNSCRIÇÃO VI)				

GRUPO 7				
Item	Descrição Item	Qtde	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
13	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m ²		
14	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com	30 m ²		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

	espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.			
VALOR TOTAL: GRUPO 7 (CIRCUNSCRIÇÃO VII)				

GRUPO 8				
Item	Descrição Item	Qtde	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
15	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m ²		
16	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m ²		
VALOR TOTAL: GRUPO 8 (CIRCUNSCRIÇÃO VIII)				

PROPOSTA VÁLIDA POR 120 (cento e vinte) DIAS.

DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

CELULAR:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa licitante



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

CADASTRO DE RESERVA

A empresa abaixo relacionada está incluída no Cadastro de Reserva, comprometendo-se a praticar, sob as penas da lei, os preços registrados na presente ata, no caso de exclusão da primeira colocada, ocasião em que será verificada se a empresa cadastrada mantém as condições de habilitação previstas em edital e se o produto ofertado cumpre os requisitos indicados no Termo de Referência (Anexo I), inclusive com aplicação de teste, se previsto no documento convocatório.

A inclusão no Cadastro de Reserva deve-se a manifestação da empresa, obedecida a ordem da última proposta apresentada na fase competitiva.

GRUPO ____				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
—	—	—		
VALOR TOTAL – GRUPO ____				

DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

CELULAR:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

ANEXO III AO EDITAL
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ / 20__

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, na cidade de Campinas/SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado(a) pelo(a) Sra. Secretária da Administração, _____ (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria DG nº 01/2018, artigo 3º, publicada no DOE – Poder Judiciário – de 26/12/2018, portador(a) da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, PROAD nº 14511/2020, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Contratação de eventual aquisição e instalação de módulos para tablado e carpetes para tablados destinados às salas de audiência, a serem utilizados na Unidades de todas as circunscrições deste E. Tribunal, conforme as especificações e condições constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GRUPO 1				
Fornecedor:				
Item	Descrição Item	Qtde	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
1	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de	100 m²		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

	largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.			
2	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	50 m ²		
VALOR TOTAL: GRUPO 1 (CIRCUNSCRIÇÃO I)				

GRUPO 2				
Fornecedor:				
Item	Descrição Item	Qtde	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
3	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m ²		
4	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m ²		
VALOR TOTAL: GRUPO 2 (CIRCUNSCRIÇÃO II)				

GRUPO 3



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

Fornecedor:				
Item	Descrição Item	Qtde	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
5	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m ²		
6	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m ²		
VALOR TOTAL: GRUPO 3 (CIRCUNSCRIÇÃO III)				

GRUPO 4				
Fornecedor:				
Item	Descrição Item	Qtde	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
7	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	80 m ²		
8	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo	40 m ²		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

	forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.			
VALOR TOTAL: GRUPO 4 (CIRCUNSCRIÇÃO IV)				

GRUPO 5				
Fornecedor:				
Item	Descrição Item	Qtde	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
9	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m ²		
10	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m ²		
VALOR TOTAL: GRUPO 5 (CIRCUNSCRIÇÃO V)				

GRUPO 6				
Fornecedor:				
Item	Descrição Item	Qtde	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
11	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de	60 m ²		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 14511/2020-1

	largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.			
12	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m²		
VALOR TOTAL: GRUPO 6 (CIRCUNSCRIÇÃO VI)				

GRUPO 7				
Fornecedor:				
Item	Descrição Item	Qtde	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
13	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m²		
14	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m²		
VALOR TOTAL: GRUPO 7 (CIRCUNSCRIÇÃO VII)				

GRUPO 8



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

Fornecedor:				
Item	Descrição Item	Qtde	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
15	Tablado + Carpete: Fabricação e instalação de Tablados carpetados para salas de audiências. Módulos em compensado laminado naval, espessura de 15mm, medindo 2 m de comprimento, 1 m de largura e 0,15 m de altura, unidos por parafusos para atingir a medida necessitada. Após a montagem dos módulos no local, o tablado deve receber acabamento com carpete tipo forração, na cor cinza grafite.	60 m ²		
16	Carpete: fornecimento e instalação de carpete, com as seguintes características: tipo forração, alto tráfego, agulhada com base resinada, com espessura de 4 a 5 mm, na cor cinza grafite, devidamente instalados em tablados.	30 m ²		
VALOR TOTAL: GRUPO 8 (CIRCUNSCRIÇÃO VIII)				

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será este Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.



6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento dos materiais, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 14511/2020-1

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Campinas, ____ de _____ de 20__.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
(Representante Tribunal)

Nome Empresa
FORNECEDOR

Responsável Legal da Empresa: _____
CPF: _____